



Conselho
Regional de
PSICOLOGIA SP

PSI

nº 195 • Fevereiro | Março | Abril • 2019

Em meio a propostas conservadoras, psicólogas e psicólogos podem contribuir para defender a pluralidade e a democracia nas escolas

EDUCAÇÃO SOB PRESSÃO

4 **ORIENTAÇÃO**
Posse de armas e o papel das/dos psicólogas/os

14 **PERSPECTIVA DA/DO USUÁRIA/O**
Práticas Integrativas Complementares crescem em variedade

20 **MATÉRIA ESPECIAL**
A importância de compreender (e defender) a laicidade

**ORIENTAÇÃO | POSSE DE ARMAS**

Decreto facilita o acesso e amplia o intervalo entre as avaliações psicológicas para 10 anos.

CAPA | EDUCAÇÃO

Medidas e projetos conservadores que rondam o setor no Brasil e o papel da Psicologia nesse cenário.

PENALIDADES**PERSPECTIVA DO USUÁRIO**

Práticas Integrativas Complementares focam a saúde dos pacientes e os ajudam a reencontrarem-se.

COTIDIANO | COREP

A Psicologia brasileira se organiza, por meio de eventos preparatórios, pré-congressos, congressos regionais e nacional, para definir suas diretrizes.

MATÉRIA ESPECIAL | LAICIDADE

A separação entre Estado e Igreja é tema tão antigo, latente e maltratado quanto relevante para assegurar a pluralidade e os Direitos Humanos.

ARTIGO | SUICÍDIO

Marcia Matos trata do tema (e de sua relação com ele), que ainda é um tabu na sociedade.

SUBSEDE | ALTO TIETÉ

Depois de décadas de espera, profissionais de 11 municípios passam a ter o apoio de nova unidade.

UM DIA NA VIDA | COACHING

Eliana Totti detalha os fundamentos e objetivos da profissão e defende a melhor formação na área.

ESTANTE | MURAL

Uma seleção de livros lançados e eventos programados relacionados aos temas da edição.

4

7

13

14

18

20

24

26

27

30



Publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Diretoria

Presidenta | Luciana Stoppa dos Santos

Vice-presidenta | Larissa Gomes Ornelas Pedott

Secretária | Suely Castaldi Ortiz da Silva

Tesoureiro | Guilherme Rodrigues Raggi Pereira

Conselheiras/os

Aristeu Bertelli da Silva (Afastado desde 1º/03/2019 - PL 2068ª de 16/03/2019), Beatriz Borges Brambilla, Beatriz Marques de Mattos, Bruna Lavinias Jardim Falleiros (Afastada desde 16/03/2019 - PL 2068ª, de 16/03/2019), Clarice Pimentel Paulon (Afastada desde 16/03/2019 - PL 2068ª de 16/03/2019), Ed Otsuka, Edgar Rodrigues, Evelyn Sayeg (Licenciada desde 20/10/2018 - PL 2051ª de 20/10/18), Ivana do Carmo Souza, Ivani Francisco de Oliveira, Magna Barboza Damasceno, Maria das Graças Mazarin de Araújo, Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri, Maria Rozineti Gonçalves, Maurício Marinho Iwai (Licenciado desde 1º/03/2019 - PL 2068ª, de 16/03/2019), Mary Ueta, Monalisa Muniz Nascimento, Regiane Aparecida Piva, Reginaldo Branco da Silva, Rodrigo Fernando Presotto, Rodrigo Toledo, Vinicius Cesca de Lima (Licenciado desde 07/03/2019 - PL 2068ª de 16/03/2019)

Realização

Coordenação de Relações Externas CRP SP

Cristina Fernandes de Souza e KMZ CONTEÚDO

Jornalista responsável Gustavo Dhein (MTB 39.546 SP)

Reportagens e Edição Gustavo Dhein e Erika Mazon

Direção de arte Sergio Honório

Capa Sergio Honório | Foto Freepik

Fotos internas Arquivo CRP-SP, iStock e Pixabay

Revisão CRP SP

Impressão Rettec Artes Gráficas e Editora Ltda

Tiragem 107.000 exemplares

Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América

Cep 05410-020 São Paulo SP

Tel. (11) 3061-9494 | fax (11) 3061-0306

E-mails

Atendimento | atendimento@crpsp.org.br

Diretoria | direcao@crpsp.org.br

Informações | info@crpsp.org.br

Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br

Administração | admin@crpsp.org.br

Comunicação | comunicacao@crpsp.org.br

Site

www.crpsp.org.br

Subsedes CRP SP

Assis | tel. (18) 3322-6224, 3322-3932

Baixada Santista e Vale do Ribeira

tel. (13) 3235-2324, 3235-2441

Bauru | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020

Campinas | tel. (19) 3243-7877, 3241-8516

Grande ABC | tel. (11) 4436-4000, 4427-6847

Ribeirão Preto | tel. (16) 3620-1377, 3623-5658

São José do Rio Preto | tel. (17) 3235-2883, 3235-5047

Sorocaba | tel. (15) 3211-6368, 3211-6370

Vale do Paraíba e Litoral Norte | tel. (12) 3631-1315

Errata

Na edição nº 194, pág. 6, foi publicado errado o crédito da entrevistada Cláudia Catão, que é doutora em psicologia clínica e psicanalista; e na pág. 26, também foi publicado errado o crédito da entrevistada Ana Gebrim, que é psicanalista e socióloga.

A PSICOLOGIA EM DEFESA DA EDUCAÇÃO

A educação sempre foi um campo em disputa e nos últimos tempos tem estado ainda mais no centro do debate público. E a Psicologia tem muito a contribuir com este debate e não é somente nas situações emergenciais como a ocorrida em uma escola estadual de Suzano (SP) em março, na qual dois jovens atentaram contra a vida de estudantes e funcionários da unidade educacional. Tampouco a atuação das psicólogas e psicólogos é exclusiva para atender estudantes considerados como “problemáticos”. Dedicamos a matéria de capa desta edição para jogar luz na complexa teia de relações que acontecem dentro da escola e fora dela que afetam sobremaneira quem está na ponta, principalmente os estudantes, professores e a comunidade escolar, e que necessitam, hoje mais que nunca, do olhar e da atuação dedicada e cuidadosa da Psicologia.

Atentos aos desafios a serem enfrentados pela sociedade para o fortalecimento do Estado Democrático que assegura o cumprimento dos direitos humanos inalienáveis e a proteção da vida, trazemos também nesta edição a orientação para a/o psicóloga/o em como atuar frente às mudanças geradas pelo decreto que flexibiliza a posse de arma.

Também baseados na premissa de políticas públicas que garantam o bem-estar de toda a população, destacamos a inclusão das Práticas Integrativas Complementares no Sistema Único de Saúde (SUS). Vale ressaltar que o Sistema Conselhos vem discutindo os limites e possibilidades da prática profissional da/o psicóloga/o neste campo. É justamente pensando no bem-estar dos indivíduos e na qualidade dos serviços oferecidos a quem precisa deles que produzimos uma matéria sobre coaching, em que explicitamos as diferenças e complementariedade entre coaching e Psicologia. Na matéria, é ressaltada, sobretudo, a importância da formação adequada e uma prática baseada em evidências científicas e orientada pelo rigor ético.

O Código de Ética Profissional da/o Psicóloga/o no artigo 2º das Responsabilidades da/o Psicóloga/o diz que ao psicólogo é vedado “induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais. Foi a partir desse princípio que produzimos a matéria especial sobre laicidade. Não se trata de posição contrária às religiões, mas sim de assegurar a pluralidade e a separação entre Estado e religião. A laicidade interessa a todas as religiões pois protege a diversidade de crenças.

Na seção Cotidiano contamos um pouco como foi todo o processo que culminou no 10º Corep, que aconteceu nos dias 5, 6 e 7 de abril. Foram 129 eventos preparatórios desde outubro de 2018 que reuniu 4.551 participantes, além dos 36 pré-congressos com 449 psicólogas/os que ocorreram nas sede e subse-des do Estado de São Paulo. Foram produzidas 1.380 propostas foram eleitas 209 delegadas e 32 estudantes delegadas para estarem presentes no Congresso Regional. A cobertura completa estará na próxima edição do Jornal Psi. E por que tratamos do Corep na seção Cotidiano? Porque acreditamos que o Corep é o momento em que exercemos nosso ideal de respeito mútuo com as diferenças e os diferentes, no espaço da categoria, para se pensar e repensar a Psicologia como profissão e sua fundamental contribuição para a sociedade.

E foi justamente no IX Congresso Regional da Psicologia que foi proposta e aprovada a instalação de uma nova subsede para atender a região Alto Tietê. É com muita alegria que apresentamos nesta edição a nova subsede localizada em Mogi das Cruzes que atenderá cerca de 5 mil psicólogas/os de 11 municípios da região. É uma conquista que vem atender a uma reivindicação de três décadas da categoria!

**XV Plenário do Conselho Regional
de Psicologia de São Paulo**

POSSE DE ARMAS

O QUE MUDA COM O NOVO DECRETO

Decreto facilita o acesso e amplia o intervalo entre as avaliações psicológicas para 10 anos

No último dia 15 de janeiro, o Presidente da República, Jair Bolsonaro, assinou o Decreto 9.685, alterando dispositivo anterior (5.123 de 2004) que, até então, regulamentava o Estatuto do Desarmamento (Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003), sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, e sobre o Sistema Nacional de Armas (Sinarm). A mudança que facilitou a posse de armas de fogo no Brasil, ou seja, o acesso à autorização para mantê-las em casa (no meio rural ou urbano) ou no local de trabalho (desde que o dono da arma seja o responsável legal pelo estabelecimento), já era esperada, dado o posicionamento externo pelo atual chefe do Executivo ao longo de toda a sua trajetória política e, especialmente, na campanha eleitoral que o conduziu ao cargo. Seu projeto de governo, registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), defendia a necessidade de “reformular o Estatuto do Desarmamento para garantir o direito do cidadão à legítima defesa sua, de seus familiares, de sua propriedade e a de terceiros”. Foi para atender, ainda que parcialmente – porque o tema do porte de armas não foi abrangido ainda – a essa promessa de campanha que Bolsonaro patrocinou o novo decreto.

No mesmo dia em que foi assinada a medida que garante a flexibilização, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, em conjunto com organizações da sociedade civil, movimentos sociais, entidades de classe, pesquisadoras/es, psicólogos/os, psicanalistas, educadoras/es e ativistas que atuam para a promoção dos Direitos Humanos no Brasil, publicaram o Manifesto contra a ampliação da posse e do porte de armas de fogo no Brasil. Nele, explicitam o fato de pesquisas nacionais e internacionais revelarem

a correlação entre maior incidência de homicídios e aumento da circulação de equipamentos bélicos. Portanto, facilitar a posse configura um retrocesso grave que desconsidera, além das conclusões dos estudos científicos, as experiências de ONGs e movimentos sociais que atuam nessa área em diversas comunidades do Brasil, bem como os acordos e tratados internacionais que têm ido justamente em direção contrária.

Para a psicóloga Regiane Aparecida Piva, Consoelheira do CRP-SP, o novo decreto está em linha com uma tendência, verificada nas últimas décadas, de o Estado brasileiro repassar aos indivíduos responsabilidades que, em verdade, são suas. Trata-se de remeter questões públicas – como a da Segurança – para o âmbito particular. Na sua avaliação, o Decreto formaliza um movimento semelhante àquele visto em relação a outros temas, como os da Previdência, Educação, Saúde e Assistência Social. “A posse de armas, divulgada como um ´direito do cidadão de proteger a si mesmo, seu patrimônio e sua família`, torna-o responsável por qualquer uso incorreto dos artefatos bélicos. São temerosas as consequências que se pode vislumbrar para uma sociedade armada e em que são latentes, por exemplo, a violência contra minorias, no trânsito e em âmbito doméstico”, defende Regiane. O posicionamento é corroborado por Maria Cristina Pellini, psicóloga, professora universitária e integrante da Comissão de Ética do CRP-SP. “A arma em si é um símbolo fálico, que dá a sensação de poder. Facilitar o acesso a ela é uma forma de mascarar a ineficiência do Estado em dar conta de suas atribuições. Resolver o problema da violência passa por educar pessoas, repensar valores morais e combater



a desigualdade, e isso demanda um processo longo, e não 'emergencial' como o que está sendo proposto no contexto atual", pondera.

Principais mudanças

Entre as alterações promovidas pelo Decreto 9.685, duas sobressaem. A primeira, a flexibilização sobre a "efetiva necessidade" de ter uma arma, pré-requisito para ter direito à posse. De acordo com o texto anterior, substituído, os interessados em tê-las precisavam apresentar seus motivos à Polícia Federal (PF), e a ela cabia avaliar as justificativas. Com a alteração, o poder de veto da PF se esvai diante da ampliação do escopo do que é considerado "efetiva necessidade" e da presunção de que ela existe, automaticamente, para alguns grupos, incluindo os residentes no meio rural, moradores de áreas urbanas de unidades federativas com taxas acima de dez homicídios por cem mil habitantes – nesse caso, consideram-se os dados do Atlas da Violência 2018, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública –, e os titulares ou responsáveis legais de estabelecimentos comerciais ou industriais (independentemente dos índices de violência). Quem se enquadra em qualquer uma dessas condições passou a ter direito de adquirir até quatro armas de fogo, presumindo-se que dizem a verdade quando requerem a autorização.

A segunda mudança substancial diz respeito ao "prazo de validade" da avaliação psicológica exigida daqueles que desejam possuir armas, ampliado de cinco para dez anos. "Esse alargamento é inconsistente, considerando-se o caráter dinâmico e situacional da avaliação psicológica", afirma Regiane. Se

o intervalo anteriormente válido já era considerado por muitos psicólogos como demasiadamente amplo, agora a situação se agrava. "Uma pessoa pode apresentar mudanças de comportamento por uma série de motivos, não apenas sociais ou econômicos, mas também em razão da idade, que pode interferir, entre outras coisas, na sua capacidade de controle e memória. Essa extensão é preocupante. Você concede a arma a uma pessoa e, em princípio, isso estará validado por um profissional da área de Psicologia. Ou seja, nesse período em que a avaliação estará valendo, se algo de 'ruim' acontecer, acontecerá por estar 'permitido'", diz Cristina Pellini.

Ainda quanto a validade, entende-se que avaliação psicológica realizada se refere às evidências investigadas no indivíduo demandante. Por isso os resultados não podem ser generalizados para outras condições socioambientais, perfis de usuário ou circunstâncias. No caso de serem produzidas variações ou modificações significativas em tais aspectos associados ao caso investigado, deverá proceder-se nova avaliação psicológica ou encaminhar o interessado a outro profissional.

Daí a necessidade, segundo Regiane, de as/os psicólogas/os credenciadas/os a assegurar aptidão para o manuseio de arma de fogo seguirem o rigor e cuidados recomendados pelo Sistema de Conselhos de Psicologia e pela Polícia Federal. "Trata-se de entender a pessoa a ser avaliada, suas motivações e as pressões impostas nesse contexto. A/O psicóloga/o deve ver-se criticamente como parte do processo que concederá a posse de arma", sintetiza.

A Instrução Normativa nº 78/2014, da Polícia Federal, determina que a bateria de instrumentos utili-

zados na aferição das características de personalidade e habilidades específicas dos usuários de armas de fogo e dos vigilantes seja composta, no mínimo, por um teste projetivo, um expressivo, outro de memória, um de atenção difusa e concentrada e, finalmente, uma entrevista semiestruturada (para o bom uso desse instrumento, é importante que a psicóloga ou o psicólogo acumule experiência na área clínica).

A consolidação dessa diretriz ocorreu ao longo de vários anos de debates, e, segundo Cristina Pellini, o laudo – que deve seguir as normas definidas na Resolução 007/2003 do Conselho Federal de Psicologia – permite qualificar bem aqueles que aspiram possuir armas de fogo, mas ela reforça que isso passa por uma atuação responsável e ética das/dos psicóloga/os. Apesar do decreto apontar os dez anos, é importante garantir autonomia da(o) profissional da Psicologia para indicar o tempo de validade desta avaliação. “A postura de uma psicóloga ou psicólogo deve ser em defesa da vida. Assim, deve atuar para colaborar com a diminuição do índice de violência”, define.

Além disso, ela considera que, se de fato houver uma maior procura por parte do público em razão das mudanças na legislação, será necessário debater e rever as regras relacionadas ao tema. Por hora, observa Cristina Pellini, o importante é que as/os psicólogas/os responsáveis por indicar se um cidadão é apto ou inapto para possuir uma arma utilizem instrumentos e testes com precisão. “O trabalho, nesse caso, é o de uma/um perita/o, uma/um profissional técnico espe-

cializado, que domina o tema, é altamente qualificado e tem vivência na área para ser capaz de dizer ‘não’ ao detectar qualquer desvio”, pondera.

Em suma, segundo ela, é preciso ter conhecimento dos princípios e das técnicas reconhecidos na ciência psicológica, além de profundo saber sobre ética e legislação. “Aquele que se credencia tem de ter domínio clínico, a experiência de olhar, sensibilidade, mas jamais deve ser o ‘terapeuta’ do candidato: a/o perita/o responde a perguntas específicas, e precisa assumir que não é possível dar conta de tudo, assumir limites, e, se necessário, propor soluções aos candidatos que ela/ele julgar inaptos, no momento de avaliação, a possuir uma arma”, conclui.

Qualidade

Numa tentativa de assegurar a qualidade técnica das avaliações psicológicas, as/os credenciadas/os a esse trabalho só podem aplicar até dez indivíduos e atender a, no máximo, dois turnos de 15 pessoas por dia. As/Os profissionais também devem estar atentos à necessidade de guardar por cinco anos todo o material utilizado no processo, para ter condições de responder a qualquer questionamento por parte de candidatos insatisfeitos com os resultados.

Atenção à legislação e à ética

Segundo Regiane Piva, as alterações legais promovidas reforçam ainda mais a necessidade de as/os psicólogas/os seguirem o Código de Ética profissional – e os sete princípios fundamentais que ele estabelece (veja no site do CRP-SP: www.crp.org.br/portal/orientacao/codigo/fr_codigo_etica_new.aspx) – e a legislação, especialmente os seguintes dispositivos, que podem ser acessados, na íntegra, no site <https://atosoficiais.com.br/cfp>.

Resolução CFP Nº 007/2003 – Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pela/o psicóloga/o, decorrentes de avaliação psicológica;

Resolução CFP Nº 018/2008 – Dispõe acerca do trabalho da/o psicóloga/o na avaliação psicológica para concessão de registro e/ou porte de arma de fogo.

Resolução CFP Nº 002/2009 – Altera a Resolução CFP nº 018/2008 e dá outras providências.

Resolução CFP Nº 010/2009 – Altera a Resolução CFP nº 018/2008 e dá outras providências.

Resolução CFP Nº 009/2018 – Estabelece diretrizes para a realização de avaliação psicológica no exercício profissional da psicóloga e do psicólogo

Instrução normativa nº 78, de 10 de fevereiro de 2014 – Estabelece procedimentos para o credenciamento, fiscalização da aplicação e correção dos exames psicológicos realizados por psicólogas/os credenciados, responsáveis pela expedição do laudo que ateste a aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo e para exercer a profissão de vigilante.

EDUCAÇÃO COM TODAS E PARA TODAS AS PESSOAS

A Psicologia pode ajudar a frear a onda conservadora que ameaça avançar sobre o ensino com consequências desastrosas

"E scola sem partido, reforma curricular do ensino médio, ensino domiciliar, cortes orçamentários, militarização das escolas. Os temas e projetos são variados, mas a pauta de todos está alinhada a um objetivo comum: interdição à formação do pensamento crítico. Essa síntese é possível de ser construída a partir das declarações das professoras universitárias e psicólogas Marilene Proença Rebello de Souza, Fabíola Freire Saraiva Melo e Beatriz Borges Brambilla a respeito da educação brasileira atual e dos desafios que ela enfrenta com o fortalecimento de uma onda conservadora que tenta avançar sobre o setor. O que está em questão é, fundamentalmente, o tipo de formação a ser oferecida e que escola deve ser consolidada. "Ela pode ser um espaço em que as relações sociais se reproduzem, com violência, desigualdade, preconceito, ou seja, tal como funciona a sociedade, ou um espaço para a produção do novo, de elaboração de sentimentos e histórias, de retomadas de memórias pessoal e/ou coletivas", diz Beatriz.

Para ela, as ações relacionadas a essa onda conservadora favorecem a perpetuação do *status quo*, a não abertura ao diferente, e integram um bem articulado projeto de doutrinação que inclui até mesmo o sequestro semântico de expressões e termos. Exemplo é a própria "Escola sem partido", conceito que provoca debates e é bastante ideológico: quer um partido único. "A verdadeira escola sem partido é aquela que nós e os professores, em sua maioria, defendemos há tempos, caracterizada pela defesa da pluralidade e do respeito. Alguém se atreve a dizer que as escolas militares – que o governo pretende expandir – não têm partido?", questiona Fabíola. Beatriz complementa: "autores como Paulo Freire e Ignacio Martín-Baró, nos anos de 1970 e 1980, já falavam sobre a necessidade de desideologização na educação, mas, para eles, isso significa desocultar aquilo que está escamoteado, como as opressões, as violências e as desigualdades. Ou seja, desideologizar passa por explicitar como a realidade se constituiu, justamente o que as propostas conservadoras pretendem eliminar".



Os motivos para que o pensamento conservador avance no Brasil incluem, na opinião de Fabíola, a crise econômica e a descrença em relação à política tradicional, fenômenos interligados. Eles ajudam a compreender, por exemplo, a ascensão ao poder do novo governo federal, que se comprometeu com pautas retrógradas e baseadas na defesa da moral. Além disso, segundo ela, esse tipo de posicionamento encontra eco em nossa sociedade porque ela remanesce estruturalmente racista, homofóbica e machista, reflexo de nossa história. “Com isso, abre-se espaço para uma série de políticas educacionais intencionais, que acabam sendo chamadas de reformas, mas são extremamente perigosas, porque trazem à tona coisas que ingenuamente imaginávamos ter ficado no passado. Se olharmos para trás, confirmaremos que, em vários momentos, a educação foi empregada como instrumento de domesticação, para colonizar as pessoas, ou, como diria Hannah Arendt, promover a coerção sem a necessidade de empregar a violência”, explica. Para Fabíola, existe uma tendência de muitos assumirem, a partir do cenário atual, que os brasileiros são “conformados”,

“passivos”, mas que para compreender o espaço dado pela população ao conservadorismo é preciso levar em conta o fato de sermos frutos de uma história de dominação, de colonialidade, que acaba traduzindo em silenciamentos: hoje, a colonialidade espelha o neoliberalismo, que vai muito além da economia e interfere inclusive no conjunto de afetos que os sujeitos podem ou não produzir a partir de sua lógica individualista.

Marilene ressalta o período entre 2002 e 2014 como altamente relevante para a educação em razão do desenvolvimento de valores progressistas e da promoção de ações como a criação da Conferência Nacional da Educação, da qual a categoria de psicólogas e psicólogos participou ativamente. “Houve mais recursos para o ensino e a formação de professores, aprovação 10% do PIB para o setor, redução na evasão escolar, articulação do governo federal com Estados e municípios, criação do Ideb e a reorganização de áreas estratégicas no Ministério da Educação. Ou seja, a educação passou a ter lugar central nas políticas governamentais, para além da retórica”, sintetiza a docente da USP.

No entanto, paralelamente a esses aspectos relevantes, outros foram relegados a segundo plano, o que parece interferir diretamente no atual cenário. “Apesar de extremamente importante, o aporte maior na educação representou, para um grande número de brasileiros, o acesso às novas políticas sociais, mas não a uma nova política educacional efetivamente”, diz Fabíola.

Formação crítica x submissão e disciplina

As três psicólogas fazem uma leitura convergente sobre o que pode representar o avanço do conservadorismo sobre a educação em relação ao desenvolvimento dos estudantes: a interdição do pensar sobre os processos históricos e sociais e a formação de pessoas submissas, disciplinadas, subordinadas, que não conhecem – e tornam-se, portanto, menos aptas a contestar – as contradições e desigualdades existentes. “Há vários interesses em jogo nisso, incluindo, é claro, o do mercado, ao qual pouco interessa a existência de profissionais críticos. Para o mercado, interessa que existam executores. Quando você cria – ou pelo menos pretende criar – uma lei que proíbe temáticas específicas na escola, você está privando as pessoas de aprenderem a pensar. Como não falar sobre assuntos como o feminismo, em pleno século XXI, num país com alto índice de feminicídio e estupros, sendo muitos deles dentro das famílias?”, analisa Fabíola.

Para Marilene, o conservadorismo no campo da educação se manifesta em aspectos básicos e afirmações simplistas, como as de que “as famílias das classes populares não cuidam de seus filhos”, “a criança pobre não é capaz de aprender”, bem como na manutenção de uma escola disciplinar com esvaziamento dos conteúdos e do conhecimento. “A disputa que está em jogo é por valores e direitos sociais, e ainda estamos em choque, precisamos entender melhor o que está acontecendo para encontrar nossos argumentos e fortalecê-los”, avalia.

A regulamentação do ensino domiciliar também preocupa por seguir a orientação ideológica reacionária. “É um movimento contrário à democratização da sociedade retirar crianças e jovens do convívio escolar, de um espaço tão importante de socialização

que é a escola”, afirma Marilene. Os educandários, especialmente os públicos, a despeito de suas potenciais falhas ou fragilidades, configuram um cenário que possibilita o contato com diferentes classes sociais, ideias, raças, etc. Ela critica um dos principais argumentos dos defensores da educação domiciliar, que veem nela a possibilidade de blindar seus filhos da violência, do *bullying* e de comportamentos indesejáveis. “Pode-se acabar formando novos guetos que impeçam a interação com o diferente, o divergente, que é o que as escolas também possibilitam. As famílias podem optar por matricular seus filhos em colégios com uma inclinação religiosa específica, por exemplo, o que não podemos aceitar é que a escolha religiosa se torne uma política pública. Considerar que a educação domiciliar se torne uma política de Estado é desconsiderar a luta pela democratização da educação que sempre defendemos e continuaremos defender”, diz.



Beatriz considera que a pauta vai de encontro à batalha travada há anos por profissionais da educação, psicólogas e psicólogos, no sentido de garantir a educação pública, gratuita e de qualidade, com o Estado se responsabilizando pelo acesso de todos ao ensino. “Além disso, a educação domiciliar fere a Lei das Diretrizes e Bases (LDB), que pressupõe relações de convivência e diversidade do conteúdo ensinado”, argumenta.

Para Fabíola, a educação domiciliar, além de ser uma forma de o governo transferir suas responsabilidades para os indivíduos, tende a afetar especialmente as classes menos favorecidas – além de legitimar a possibilidade de haver crianças fora da escola. “Estamos em um país em que persiste uma alta taxa de analfabetismo, em que crianças não conseguem fazer contas básicas. Como esperar, por exemplo, que um pai sem o devido preparo seja capaz de repassar conhecimentos aos filhos? Professores formados encontram dificuldades para isso; imagine alguém sem experiência e técnicas didáticas”, considera Fabíola.

O conjunto de pautas conservadoras pode esbarrar em outra batalha travada por psicólogas e psicólogos no campo da educação, contra a medicalização. “Definitivamente são propostas que não pretendem levar ao pensamento nem à criatividade, mas de controle sobre mentalidades, corpos e comportamentos.

Nos anos de 1970 falava-se em disciplina. Hoje estamos calando a vida por meio da medicalização excessiva”, pondera Beatriz.

Com uma série de ações e movimentos, nos últimos anos profissionais da Psicologia e da Educação conseguiram barrar um pouco o avanço de iniciativas que preconizavam o diagnóstico dos alunos para a indicação de tratamentos medicamentosos, que atendem a interesses comerciais específicos e não se tratam de ações educativas preocupadas com o que é melhor para o aluno.. A ampliação de políticas e discursos que ressaltam comportamentos “indese-

docente da PUC-SP, que acredita que acabar com a autoridade do professor mina a educação. “Isso não tem a ver com autoritarismo, que é inaceitável. Tem a ver com autoridade, e essa relação é fundamental para que a educação de fato aconteça”.

Além do mais, acarreta perda de autonomia por parte dos educadores, o que é uma das principais causadoras de desânimo entre eles. Os reflexos podem incluir o sentimento de “desresponsabilização” com a formação dos alunos. Se a ideia prevalecente for a de que a eles cabe simplesmente transmitir saberes “mecanicamente”, essa perspectiva esvazia

Um projeto como o Escola sem Partido, mesmo sem ser aprovado, já ocasionou prejuízos sensíveis à categoria, em razão da desqualificação dos docentes que ele estimula e, mais pontualmente, por meio da criação de espaço para o “denuncismo”.

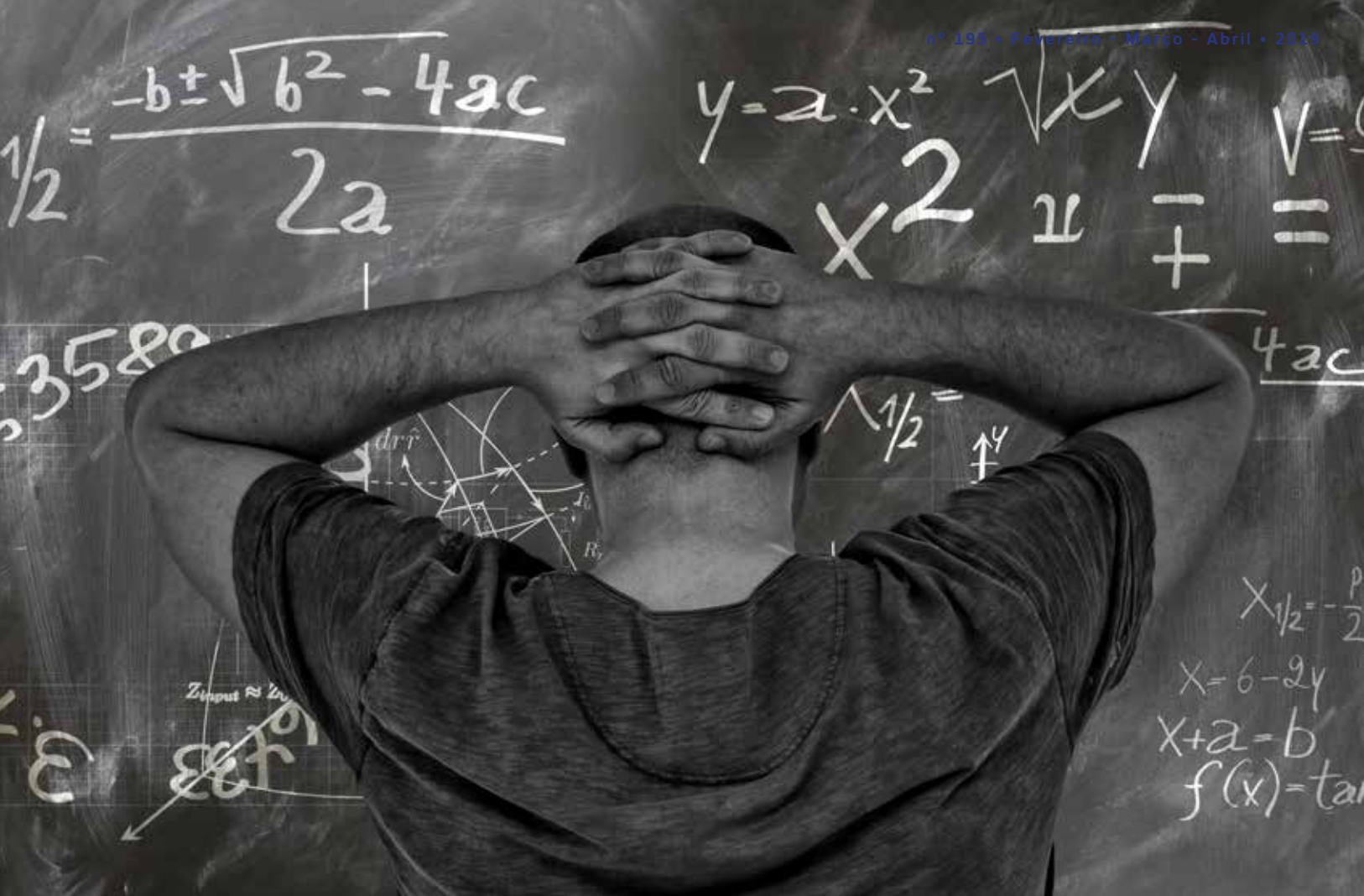
gados” poderia significar um incremento da “patologização” dos estudantes. “A questão é que a medicalização aparentemente funciona. Aí é que está a perversidade. Porque se eu te dou um remédio que te dopa, te domestica, é claro que ‘funciona’. O número de pessoas medicalizadas só cresce, e isso traduz, mais uma vez, a ideia da busca individualizada, e não coletiva, para a solução de problemas”, acrescenta Fabíola.

O impacto nos docentes

Os impactos das pautas conservadoras já são sentidos entre os docentes. Para Fabíola, um projeto como o “Escola sem Partido”, mesmo sem ser aprovado, já ocasionou prejuízos sensíveis à categoria, em razão da desqualificação dos professores que ele estimula e, mais pontualmente, por meio da criação de espaço para o denunciamento. “Já se estabeleceu um clima de tensão e vigilância e de destruição da imagem do docente, que é desabonado em relação, inclusive, aos conhecimentos que detém”, explica a

o seu papel em sala de aula. “Eu trabalho com professoras/es, e a maioria delas/deles é extremamente comprometida, chega a desembolsar recursos próprios para prover materiais aos alunos”, conta Fabíola. A categoria já é uma das que apresenta mais incidência de problemas psíquicos, em razão do desgaste emocional e das péssimas condições de trabalho.

Para Marilene, a questão do sofrimento docente é altamente relevante, mas é necessário repensar as condições de trabalho dele e sua participação nos processos de mudanças. “É preciso avançar muito no campo sindical, politizar mais o movimento e aos docentes para que sejam capazes de reivindicar melhores condições, para não cairmos apenas no discurso sobre o sofrimento, sem que isso se reverta em melhorias. Precisamos refletir sobre como mudar essa condição para não colocá-los simplesmente na condição de vítima, o que pode levá-los a serem ainda menos valorizados do ponto de vista social”, avalia.



A contribuição da Psicologia para a Educação

“Hoje temos uma produção acadêmica importante na área da Psicologia da Educação e existe o reconhecimento do papel da categoria nos debates e propostas para o setor no Brasil”, avalia a professora Marilene. O que ainda falta, no entanto, segundo ela, é uma regulamentação sobre a atuação de psicólogas e psicólogos na educação. Boa parte deles atua nos estados e municípios em postos “alternativos”, já que não existem vagas específicas. Projeto para que isso mude já tramita há quase duas décadas no Senado, mas até agora não houve definição sobre o tema. O resultado é a falta de “uniformidade” no que diz respeito à presença dessas/desses profissionais em educandários para dar apoio aos alunos e professores: há municípios grandes com poucos profissionais; e cidades pequenas com uma boa concentração deles.

“É claro que precisamos pensar também no perfil de psicólogas e psicólogos que queremos atuando na educação. Porque se forem profissionais interessados somente em diagnosticar e medicalizar, não adianta”, observa Fabíola. Mas, se forem comprometidas/os com a defesa dos pilares da profissão, ela

diz, a presença é altamente relevante para defender o respeito às diferenças e à pluralidade de ideias, estimular o diálogo e ajudar na mediação de conflitos. “Posso falar do trabalho que realizo cotidianamente com alunos nas escolas. Não à toa, os colégios querem muito receber estagiários de Psicologia e reconhecem o trabalho desenvolvido, especialmente em instituições em que há crianças e jovens vistos como ‘desinteressados e agressivos’”. Segundo ela, por meio de ações psicoeducacionais – incluindo rodas de conversa, assembleias de classe e oficinas lúdicas psicoeducativas –, os estudantes encontram caminhos para dialogar, debater diferentes pontos de vista. “Na Psicologia, temos ferramentas que permitem ir além do simples ‘não faça isso’ ou da adoção de soluções punitivas e simplistas. Quando compreendem mais sobre as razões pelas quais carregamos em nós o machismo e o racismo, alunos passam a ouvir o outro, a saber como ele se sente, e isso muda muita coisa”, garante.

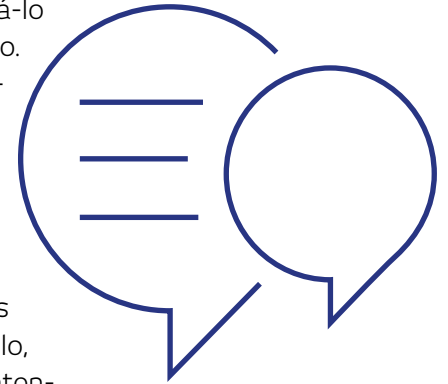
Beatriz, por sua vez, define que a Psicologia nas escolas é uma oportunidade para “construir a partir do diálogo, que é encontrar a diferença”. Ela concedeu a entrevista ao Jornal PSI um dia após dois jovens terem atirado contra colegas em uma escola em Suza-

no (SP). “Ainda estou abalada com isso. A experiência educacional, quando olhamos para a nossa história, revela que não há sujeitos com boa experiência escolar: o colégio se apresenta como espaço de disputa, de sofrimento. Quando não temos psicólogas/os nesses espaços, isso fica muito encoberto, como se fosse natural. A Psicologia oferece instrumentos capazes de desvelar processos que foram escamoteados e encobrem as violências. O papel dela na escola é construir a partir de outro lugar, construir um novo espaço em que toda a comunidade escolar pode falar. A Psicologia coletiviza os processos”.

Repensar nossa forma de comunicar e relacionar

Para Marilene, o atual cenário brasileiro leva a refletir sobre a necessidade de repensar a maneira como acessar e mobilizar a população em torno de ideias progressistas e da luta pela manutenção de conquistas e direitos, e para a continuidade dos avanços. “Dia desses conversava com uma pessoa aqui na Universidade e ela me disse que a Mangueira, no carnaval deste ano, fez o que nós, como sociedade, não conseguimos fazer”, exemplificou. A escola de samba desenvolveu o enredo “História para ninar gente grande” e exaltou líderes que influenciaram

a história do Brasil, especialmente índios e negros. Também homenageou a vereadora Marielle Franco, assassinada em março de 2018, e despertou a atenção e o interesse pelos temas. “Talvez seja preciso pensar em renovar as nossas formas de comunicar e nos relacionarmos com os públicos para além daquilo que já sabemos fazer, como seminários”, avalia a docente. Na mesma linha, Fabíola refere-se à necessidade de buscar novas linguagens e meios de atingir o público e convidá-lo ao debate e à reflexão. “Precisamos descobrir como chegar às pessoas de forma mais contundente. Utilizar uma linguagem menos formal, rebuscada, e mais acessível, por exemplo, para nos fazermos entender e sermos combativos. Há uma série de veículos midiáticos muito interessantes, mas a sua linguagem rebuscada, difícil de entender, acaba afastando muitas pessoas do debate”, avalia.



FOCO NA SAÚDE, NÃO NA DOENÇA

Práticas Integrativas Complementares ajudam as pessoas a reencontrarem o bem-estar

Em 2015, Mara Assis, 32 anos, foi a uma consulta no Setor Neuromuscular da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e soube da possibilidade de acessar o Ambulatório de Cuidados Integrativos, dedicado às Práticas Integrativas Complementares em Saúde (PICS), que funciona no mesmo local. O convite veio de uma integrante da Associação Brasileira de Miastenia, doença com a qual Mara convive pelo menos desde os 21 anos, quando foi diagnosticada. Ela regressou na semana seguinte, atrasada e nervosa. E lembra de ter sido recebida por uma funcionária que lhe acalmou: “fique tranquila, o importante é que você chegou”. Para ficar.

Desde então, Mara frequenta o espaço regularmente. Primeiro, como participante das atividades. Hoje, também como monitora, depois de ter feito o curso de especialização em Cuidados Integrativos oferecido pela instituição, e voluntária para auxiliar os grupos que se reúnem às quintas-feiras. O motivo para o constante regresso foi o (re)encontro consigo mesma, que ela atribuiu às PICS e à equipe que atua no ambulatório. “Eu me olhava no espelho e não me via mais. Não tinha ânimo para mais nada. E aqui reencontrei isso”, afirma.

Reiki, meditação, arteterapia e constelação familiar são apenas algumas das atividades que as pessoas atendidas – todas com problemas/doenças neurológicas – encontram no ambulatório, gratuitamente, com o apoio de um time multidisciplinar integrado por profissionais – incluindo psicólogas/os – e voluntárias/os.

As PICS passaram a ser contempladas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) a partir de 2006, com a publicação do Plano Nacional relacionado ao tema. De lá para cá, o número de práticas incluídas no documento só fez crescer e, hoje, chega a quase 30. O grande diferencial dos Cuidados Integrativos é a orientação salutogênica, conceito segundo o qual o foco deixa ser o tratamento das doenças, mas a atenção à saúde. Essa priorização trata-se de orientação escassa inclusive nas universidades, de acordo com a doutora em Ciências/Neurologia pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Sissy Veloso Fontes, coordenadora e fundadora do Núcleo de Cuidados Integrativos do Departamento de Neurologia e Neurocirurgia da Unifesp e, atual coordenadora do Núcleo de Medicina e Práticas Integrativas e Complementares (Numepi). “Nas aulas, fala-se 99% do tempo sobre doenças e 1% sobre saúde” avalia ela, que observa haver ainda



preconceitos em relação à adoção das PICS. Sissy os atribui ao desconhecimento e as diferenças metodológico-acadêmicas, em razão de muitas das pesquisas sobre as práticas fugirem do padrão quantitativo comum àquelas conduzidas em relação a drogas e tratamentos alopáticos. Além disso, boa parte da produção científica relativa às PICS circula em revistas menos renomadas e/ou em idiomas que não o inglês, motivos para serem “desacreditadas”. “As Práticas Integrativas não estão aí para advogar contra os tratamentos convencionais, mas para permitir novos caminhos a quem precisa, para valorizar os sujeitos e suas subjetividades, incluindo as famílias de enfermos, que não poucas vezes adoecem com eles”, esclarece a doutora.

Porém, a julgar pelos relatos sobre os benefícios das PICS feitos por participantes das atividades do Ambulatório de Cuidados Integrativos da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), a desconfiança e/ou desdém pela práticas são feitas por quem nunca precisou recorrer a este tipo de procedimento ou não está aberto a aprender sobre eles.

O músico Antônio, 88 anos, chegou ao ambulatório por indicação de sua filha depois de passar a ter difi-

culdades de fazer movimentos com os dedos em seu clarinete. Diz que a divisão que alguns profissionais da saúde insistem em fazer entre as diferentes áreas da medicina – descartando as “não-convencionais” – é preconceituosa.

Maria, outra atendida no ambulatório, relatou que as idas ao médico se tornaram totalmente previsíveis, enquanto as práticas lhe abrem novas possibilidades e perspectivas.

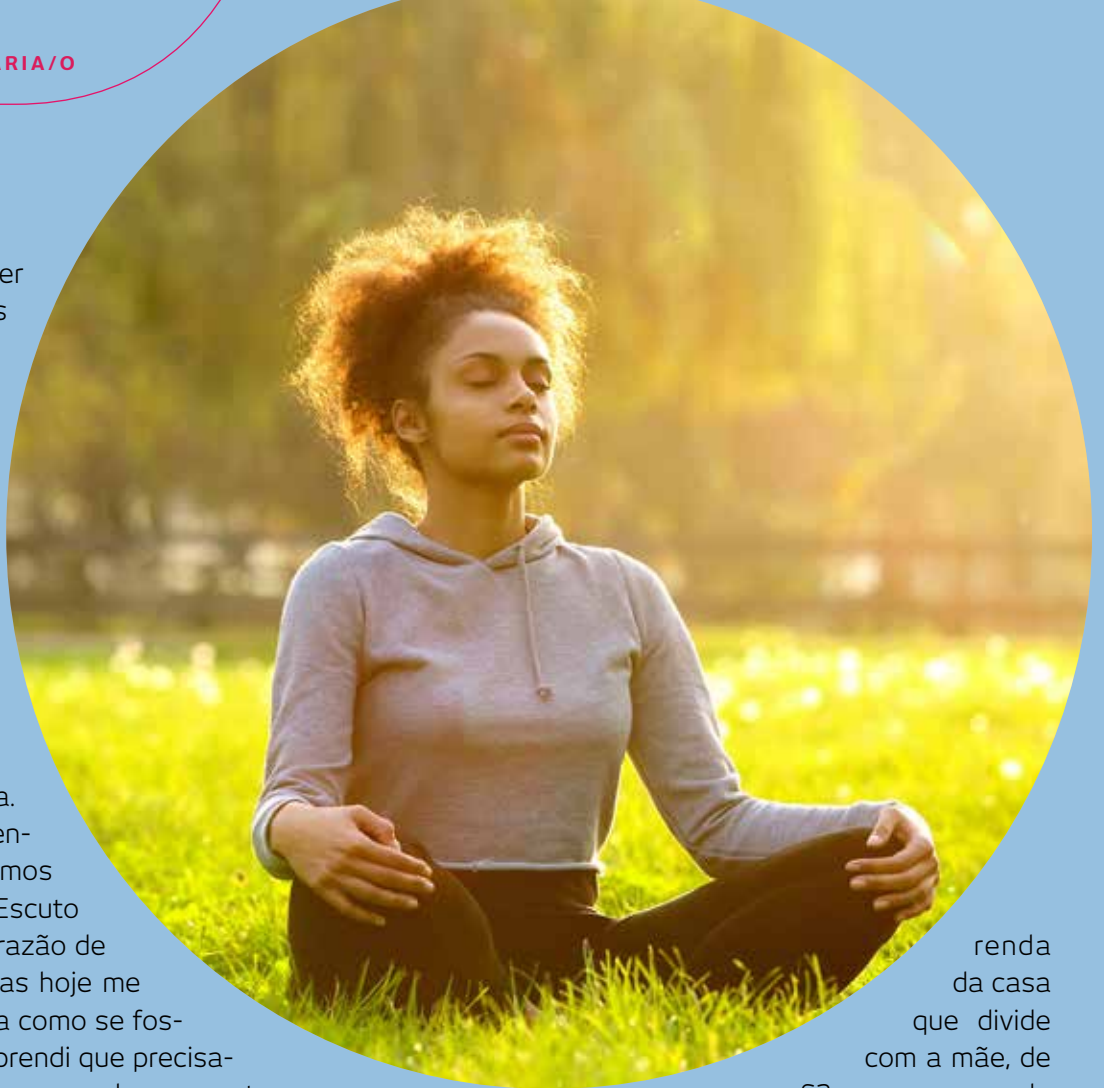
Paulo, de 47 anos, disse que chegou ao ambulatório descrente dos tratamentos, mas que isso mudou ao passo em que começou a perceber o bem que fazem a ele não apenas os exercícios individuais, mas também a aproximação com outros frequentadores do ambulatório. “Quando fui para a meditação pela primeira vez e disseram que o exercício seria de dez minutos, achei uma grande bobagem, que não funcionaria. Mas, em cinco minutos eu já estava pronto”, narra.

Junko, 61, que enfrenta a Síndrome Pós-Pólio, diz ter aprendido muito sobre autocuidado, relacionamentos – especialmente com a Constelação Familiar – e a se autorrespeitar. “O processo vivido por pessoas como eu inclui perceber a diminuição, ano a ano,

da capacidade de fazer as coisas. Se não nos cuidamos, esse processo se torna uma angústia. Mas, se sabemos nos respeitar, ganhamos qualidade de vida”, assegura ela, que destaca a relevância de trabalhar, simultaneamente, corpo, alma e mente: “eu me sinto inteira”, resume.

Isabel, 63, concorda. “Aqui ganhamos independência para nos cuidarmos quando precisamos. Escuto coisas feias por aí em razão de minhas dificuldades, mas hoje me respeito e vivo cada dia como se fosse o último”, afirma. “Aprendi que precisamos fazer as coisas para agradar aos outros, mas também o que nos faz bem. Entrei até em um coral e deixei para trás um conjunto de relações pessoais que nunca pensei que teria coragem de abandonar, mas que me fazia mal”, complementa Maria Aparecida.

Mara, citada no início da matéria, conta que seu diagnóstico de miastenia gravis custou a sair. Depois de um período de internação de vários dias, em que médicos chegaram a desacreditar em sua recuperação, preparando a família para o pior, ela despertou subitamente de um estado de inconsciência. Passou a ter a companhia constante da depressão e, gradualmente, começou a sentir a perda de forças nas mãos e a ter quedas súbitas quando andava pela rua – sintomas da doença com a qual aprendeu a conviver ao longo de um pouco mais de uma década. De origem humilde, relatou casos de discriminação racial e de classe ao longo de sua vida, e depois teve de experimentar também o preconceito em relação à doença, que afeta, entre outras coisas, sua capacidade para o trabalho, em razão da fadiga provocada. “Como não se trata de algo aparente, muitas pessoas acham que não é sério, que se trata de preguiça, e isso afeta inclusive as possibilidades de conseguir e manter um emprego”, diz ela, que hoje vende doces para assegurar



renda da casa que divide com a mãe, de 63 anos, empregada doméstica.

Segundo Mara, uma das coisas que mais lhe encantaram ao chegar ao ambulatório de Cuidados Integrativos da Unifesp dedicado às PICS foram os olhares a ela. “Aqui as pessoas te olham no olho, nos acolhem como uma delas, com respeito. Confesso que ficava até assustada, não estava acostumada com isso”, descreve. O ambulatório representou a oportunidade para Mara acessar recursos que nem sabia que existiam, como o Reiki, a primeira prática com o qual teve contato. “Experimentei sensações, vibrações, e tudo me fez muito bem. Tive a certeza de que era disso que eu precisava.” A partir daí, sua vida mudou: “antes de chegar aqui, eu estava vivendo para a doença, achei que tudo tinha acabado para mim. Aqui recuperei a vida, passei inclusive a me valorizar como mulher e negra. E, a entender que ter saúde não é o mesmo que ausência de doença: o remédio serve para remediar, quem cura somos nós mesmos. É preciso aceitar a doença. O que acontece comigo não é para eu fraquejar, mas para seguir caminhando”, conclui ela que agora acalenta reviver o sonho – interrompido pela miastenia – de ingressar na universidade, para cursar Veterinária ou Psicologia.

As Práticas Integrativas Complementares oferecem novos caminhos para a prática do cuidado e autocuidado, considerando o bem-estar físico, mental e social como fatores determinantes e condicionantes da saúde.

PRATICAS INTEGRATIVAS OFERECIDAS PELO SUS EM VÁRIAS ESPECIALIDADES

- *Apiterapia*
- *Aromaterapia*
- *Arteterapia*
- *Ayurveda*
- *Biodança*
- *Bioenergética*
- *Constelação familiar*
- *Cromoterapia*
- *Dança circular*
- *Geoterapia*
- *Hipnoterapia*
- *Homeopatia*
- *Imposição de mãos*
- *Medicina antroposófica/
antroposofia aplicada à saúde*
- *Medicina Tradicional Chinesa –
Acupuntura*
- *Meditação*
- *Musicoterapia*
- *Naturopatia*
- *Osteopatia*
- *Ozonioterapia*
- *Plantas medicinais – Fitoterapia*
- *Quiropraxia*
- *Reflexoterapia*
- *Reiki*
- *Shantala*
- *Terapia Comunitária Integrativa*
- *Terapia de florais*
- *Termalismo social/crenoterapia*
- *Yoga*

Fonte: Sistema Único de Saúde (30 de abril de 2019).



AS PAUTAS DA PSICOLOGIA PARA O BRASIL

Ao longo de sete meses, eventos preparatórios e pré-congressos reuniram a categoria para deliberar sobre os principais desafios, anseios e compromisso social da profissão.

Desde setembro de 2018, psicólogas/os de todo o Estado de São Paulo envolveram-se no processo para, ativa e democraticamente, participarem das decisões sobre as diretrizes da próxima gestão do Sistema Conselhos de Psicologia. Do conjunto de 129 eventos preparatórios (discussões de base, encontros temáticos, mesas-redondas, debates online, entre outros) e 36 pré-congressos realizados na sede e subseções do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP) até março, resultaram 246 propostas – 41 regionais, relacionadas às políticas do CRP-SP, e 30 nacionais, ou seja, vinculadas a ações que abrangem todo o Brasil – para nortear os rumos da profissão no país no próximo triênio (2019-2022). E há ainda outras 175 propostas consideradas mistas, ou seja, de âmbito nacional e regional.

Elas foram apreciadas e debatidas entre 5 e 7 de abril, durante a 10ª edição do Congresso Regional de Psicologia da 6ª região – COREP, na capital paulista, e as que foram aprovadas pelas delegadas participantes seguem para o evento nacional da categoria, o CNP, que ocorrerá entre 30 de maio a 2 de junho de 2019, em Brasília. Lá, serão decididas políticas a serem implementadas e/ou reguladas pelo Sistema

Conselhos de Psicologia, de setembro de 2019 a setembro de 2022 para os Conselhos Regionais de Psicologia, e de janeiro de 2020 a janeiro de 2023 para o Conselho Federal de Psicologia.

Balizou as deliberações nos eventos preparatórios e nos pré-congressos o tema do CNP deste ano: *O (im)pertinente compromisso social da Psicologia na resistência ao estado de exceção e nas redes de relações políticas, econômicas, sociais e culturais*. Vinculados a ele, foram estabelecidos três eixos temáticos – Organização democrática e representativa do Sistema Conselhos; O diálogo da Psicologia com a sociedade brasileira e suas relações com a democracia e direitos humanos; e Do Exercício Profissional.

Em torno deles foram constituídas as propostas de âmbito regional e/ou nacional. No total, os eventos preparatórios tiveram 4.551 participantes e nos pré-congressos participaram 449 profissionais, além de estudantes e interessados no tema. “O saldo das atividades é positivo. O número de 209 delegadas eleitas para participarem do COREP evidencia o interesse das/dos psicólogas/os em estarem presentes, motivadas a integrar esse processo democrático de direcionamento da profissão”, afirma Maria Rozineti Gonçalves, vice-presidenta do CRP-SP.

Para a psicóloga Beatriz Marques de Mattos, conselheira do CRP-SP e integrante da Comissão Organizadora (Comorg) do X COREP, todo o processo de preparação para o evento e formulação de propostas constituiu um importante espaço para dar visibilidade e evidenciar a pluralidade e os fazeres da Psicologia, que muitas vezes não conseguem ser abarcados, por exemplo, nos cursos de graduação. “Eles contribuem

para externar as possibilidades e potencialidades da nossa carreira, e a ampla participação reforça que a categoria está cada vez mais preocupada em aproximar-se da sociedade e que esta reconhece a profissão e suas/seus profissionais. O COREP é relevante para debater aquilo que deve ser mais trabalhado e a forma como vamos mostrar a cara da Psicologia para o País”, observa.

SUBSEDE	QUÓRUM	DELEGADOS	SUPLENTE	ESTUDANTES DELEGADOS	ESTUDANTES SUPLENTE
Campinas (Piracicaba, Mogi Mirim, Jundiaí e Campinas)	61	30	10	4	4
Bauru (Araçatuba, Botucatu e Bauru)	43	21	6	3	0
Metropolitana (Sede, Osasco e Mogi das Cruzes)	92	38	8	3	1
Ribeirão Preto (Araraquara, Ribeirão Preto e Franca)	36	17	4	2	1
Vale do Paraíba e Litoral Norte (São José dos Campos, Caraguatatuba, Lorena e Taubaté)	48	23	7	4	3
Sorocaba (Itapetininga, São Roque, Sorocaba e Itu)	19	8	5	3	0
Assis (Ourinhos, Marília, Presidente Prudente, Adamantina e Assis)	50	24	10	5	3
São José do Rio Preto, Baixada Santista e Vale do Riveira (SJRP, Votuporanga, Santos e Registro)	53	26	6	4	0
Grande ABC (Diadema, Mauá, São caetano, São Bernardo e Santo André)	47	22	9	4	0
	449	209	65	32	12





POR QUE A LAICIDADE PRECISA ESTAR EM PAUTA

**A SEPARAÇÃO ENTRE ESTADO
E IGREJA É TEMA TÃO ANTIGO,
LATENTE E MALTRATADO
QUANTO RELEVANTE PARA
ASSEGURAR A PLURALIDADE E
OS DIREITOS HUMANOS**

O Brasil é um país laico. Pelo menos oficialmente. A Constituição Federal não traz o termo impresso em seus 114 artigos, mas, ainda que seu preâmbulo mencione que ela foi promulgada sob a proteção de Deus, evidencia a laicidade, indiretamente, nos 5º e 19º. Eles garantem ser “inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”; e que “ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei”. Além disso, veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios “estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles, ou seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público”.

Os temas relacionados à laicidade voltaram à tona em razão dos debates relativos a propostas de mudanças em políticas públicas, incluindo os referentes à legalização do aborto, à “cura gay” e à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a legalidade da oferta de ensino religioso nas escolas públicas.

Apesar de estar em evidência, o tema é mal interpretado e mal debatido na opinião do doutor em Ciências Sociais e professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Edin Abumanssur. “Imagina-se que Estado laico é pura e simplesmente a separação entre estado e igreja; na verdade, a ideia é mais que isso. Refere-se a um processo de acomodação entre duas instâncias de poder, mas varia de país para país. Por isso, está sempre em construção. Há nações que não são laicas e são democráticas, assim como há nações laicas que nada tem a ver com democracia”, explica ele, que destaca ainda o fato de que, a despeito da ideia de laicidade ter emergido junto com a Modernidade, em nenhuma das formações do Estado ocidental essa separação se deu de forma absoluta.

O debate raso traz riscos. Por um lado, pode esti-

mular a conformação de um cenário justamente contrário àquele que a laicidade defende, ou seja, acarretar um que fomente a exclusão de grupos sociais sob o argumento de que suas proposições, porque amparadas ou inspiradas em crenças religiosas, são “descartáveis”, e com isso, alimentar, ainda, preconceitos de classe e de cor – que, no Brasil, muito se confundem. Por outro lado, criar, a partir de um também proposital imbróglio conceitual, a ideia de que o cumprimento da laicidade é sinônimo da negação das religiões ou da afirmação do ateísmo. Assim, serve para justificar ou promover propostas e políticas conservadoras, em linha com um fundamentalismo religioso que ganha força, não apenas no País, e “pretende refundar a ordem social por meio do saudosismo em relação a um mundo que, supostamente, teria sido mais simples, menos infeliz, mais ético, etc.”, afirma a psicóloga e professora da Universidade de Brasília (UNB), Tatiana Lionço.

Ela esclarece que a laicidade interessa a todas as religiões, pois protege a diversidade de crenças. À medida que o Estado não adota posição religiosa, diz Tatiana, ele está aberto ao reconhecimento à diversidade de credos, bem como ao de segmentos que acreditam no ateísmo ou daqueles que são agnósticos, ou seja, não deixam de crer que exista algo da ordem do transcendente sem, no entanto, professar fé em uma doutrina

religiosa específica. Por isso, explica a psicóloga, em relação aos direitos humanos o princípio da laicidade é fundamental para o reconhecimento e a proteção das religiões, dos grupos sociais e indivíduos que não as professam e de práticas sociais alheias a dogmas e a moralidades hegemônicas, como o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Quanto às políticas públicas, ela complementa, o respeito à laicidade do Estado pode garantir maior proteção da diversidade social por meio do reconhecimento da diversidade moral e da variedade das práticas sociais da população.

Nem à terra...

“Não há como eliminar a religião das discussões. O que não sabemos é como conversar com as religiões

A laicidade
interessa a todas
as religiões,
pois protege a
diversidade de
crenças



e os religiosos. Com o pensamento liberal democrático que forjamos no Ocidente, não aprendemos a discutir e debater com o pensamento religioso, o que acaba polarizando a discussão”, observa Abumanssur. Ele avalia que, no Brasil, um dos problemas dos debates sobre laicidade é eles assumirem um perfil ideológico, no sentido negativo da palavra: o conceito passa a ser uma bandeira de luta na defesa de interesses de segmentos específicos da sociedade e pode excluir parcelas dos cidadãos da discussão pública.

Uma das distorções identificadas pelo professor refere-se ao discurso da grande mídia em relação ao tema. Ele lembra que as pautas conservadoras não são “propriedade” dos evangélicos, mas das bancadas religiosas como um todo. Há aspectos – como o uso de contraceptivos – nos quais os católicos, por exemplo, são muito mais retrógrados, mas, em sua opinião, “um segmento social com acesso aos grandes meios de comunicação, assim como a classe média, elegeu os evangélicos como alvo”. “Quando se defende o estado laico tendo na mira os evangélicos, não dá pra ignorar o fato de que 57% deles são negros (pretos ou pardos). Enquanto candomblé e umbanda estão embranque-

cendo, transformando-se em religiões da classe média branca, o pentecostalismo está se tornando religião de periferia, de negros e de pobres. Ao assumir como alvo os evangélicos, indiretamente se está atingindo essa população. E querer marginalizar esse grupo do debate político é coisa de gente branca que sempre esteve no poder e quer continuar assim.” O professor acrescenta haver parte da classe média que defende o estado laico e não percebe que acaba sobrando alguma “bala perdida” para a população preta, pobre e periférica. “Por isso é um debate mal feito. Não temos uma igreja oficial, ao contrário de outros países com igrejas ‘estatais’, mas pode existir uma convivência pacífica e construtiva entre as duas esferas. No entanto, com a radicalização que existe aqui, criamos problema e não solução”, afirma.

...nem ao céu

Para a psicóloga Tatiana Lionço, o Brasil é um país que faz excessivas concessões às instituições religiosas: isenção tributária sem a devida fiscalização em relação ao lucro que elas têm acumulado; concessão pública a igrejas de horários na televisão e radiodifusão, sem que o Estado possa

interferir no conteúdo do que é veiculado nos programas religiosos, que muitas vezes acirram o limite entre o discurso de ódio e a expressão da fé; permissão para que autoridades religiosas realizem campanhas políticas e ocupem cargos públicos, etc. “Esses são alguns exemplos que revelam como a laicidade do Estado brasileiro é aberta às apropriações que as instituições religiosas podem fazer das públicas. Evidentemente há colaborações que também seriam do interesse da sociedade. O risco é o fortalecimento desproporcional das instituições religiosas, que passam a disputar os espaços democráticos em condição privilegiada em razão de suas

facilidades econômicas e da propagação moral de suas ideologias”, explica.

Segundo Tatiana, a concepção de mundo e de humanidade proposta pelas religiões, que serve para orientar o sentido sobre a organização da vida social, é da ordem da transcendência, ou seja, remete a uma verdade revelada pela divindade. Já no caso dos valores e concepções originados secularmente ou por meio de conhecimentos e práticas não religiosas, assume-se que são produzidos de modo imanente, ou seja, os próprios sujeitos humanos assumem a responsabilidade sobre as ideias que orientam a organização da vida social.

PSICOLOGIA E LAICIDADE

Em relação à produção acadêmica no campo da Psicologia relacionada à laicidade, Tatiana diz que um levantamento bibliográfico permite observar que a maior parte do conhecimento publicado nos periódicos é na área da saúde, e quase a totalidade dos estudos se refere à religiosidade como um fator que contribui para o enfrentamento dos processos de adoecimento. “Sabemos também que a religiosidade pode desencadear processos de adoecimento, assim como que a produção de conhecimento científico não é neutra. Então, vale perguntar sobre as razões de existir essa tendência na produção discursiva da Psicologia”. Ela revela preocupação com o uso que fundamentalistas religiosos têm feito da Psicologia para legitimar seus discursos com ares de cientificidade, fazendo reemergirem conceitos como “família desestruturada”, trauma e abuso. “O público leigo é seduzido por esse jargão cientificista sobre questões importantes como terapias de reversão da orientação sexual, educação sobre gênero e sexualidade. O que me preocupa também é o número limitado de acadêmicas/os e profissionais de Psicologia que têm se engajado nos debates públicos em defesa de nossa profissão segundo preceitos democráticos e do alinhamento a agendas de direitos humanos. Ainda mais preocupante é o volume de acadêmicas/os de Psicologia que insistem em fazer uma cisão entre o que é ciência e o que é política, como se dispusessem de uma garantia de que o tipo de conhecimento que produzem não fosse impulsionado por uma decisão sobre como contribuir para um projeto de sociedade”, alerta.

Finalmente, sobre a atuação da psicóloga e do psicólogo e a sua relação com a laicidade, a professora é enfática ao lembrar que “quando reduzimos as pessoas ao que nós somos, não podemos mais dizer que somos profissionais da área”. Segundo ela, a laicidade é um princípio a ser permanentemente observado – o próprio Código de Ética Profissional proíbe “induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito”. “Devemos ter condições de reconhecer as fronteiras entre nossos valores morais e o universo simbólico daqueles com quem se estabelece relação de cuidado. A incidência do viés religioso na escuta acarreta o não reconhecimento do outro, o seu silenciamento, a destituição de sua autonomia e a desvalorização de suas representações, história e práticas. E a beleza de profissão é a nossa abertura para a alteridade”, define.



O VENTO QUE VARRE A CASA

INTERVENÇÕES SOBRE O SUICÍDIO POR MARCIA MATOS

Perder alguém para o suicídio é uma experiência de espanto, porque todo suicida nos lembra que viver é uma decisão. Eles se foram por terem decidido partir. E nós, supostamente, decidimos ficar. Decidimos? Se estamos aqui olhando para o número epidêmico de suicídios em todo o mundo, sofrendo o luto por essas perdas ao mesmo tempo em que tentamos continuar nossas vidas, só o fazemos por compor o grupo dos que optaram por seguir vivendo. Portanto, somos de algum modo, os portadores da resposta sobre o que é que mantém um sujeito atado à vida. Certo? Não tão rápido assim.

Qual sujeito vivo sabe por que vive? Caso a maioria das pessoas estivesse convicta de sua resposta, a discussão sobre o tema do suicídio não seria um tabu. Penso que exatamente o que o sustenta seja o fato de não haver nenhum espaço público que nos ensine ou nos estimule a desenvolver o senso de responsabilidade ética para com nós mesmos, além disso, poucos estão certos de o terem desenvolvido. A vulnerabilidade é pungente: se não sei por que quero estar aqui, não estou certo do sentido da minha vida, logo, poderia ter sido eu, o suicida. Isso mobiliza o suficiente o fantasma do que é ser um humano.

Por outro lado, manter-se vivo, ainda que não se saiba por que, é um modo de decidir viver. Mas qual é o fio que sustenta essa decisão? Dilema que me acompanha há décadas e que fez criar respostas a perguntas que não puderam ser feitas. Em minha família aconteceram suicídios nas últimas três gerações. Sobre essas histórias passei a encapsular silêncios por meio da escrita, da música e, mais tarde, da instalação de arte, sem saber que o fazia. Mas essas cápsulas, depois de geradas, eram engavetadas. A tentativa de tocar esse material a ponto de dar sentido e conexão foi algo que me escapou à possibilidade por muito tempo. O fato de não falar sobre essas histórias não faz com elas cessem de produzir questões em nós. São estilhaços de longo alcance. O gatilho para a concatenação dos meus escritos viria do absoluto acaso e me conduziria a uma experiência cara

a cara com a morte.

Contava eu com a idade dos 33 anos e com uma filha recém-nascida, quando, em investigação trivial de exames na coluna, me chega a notícia de que me restavam poucos anos de vida. Ficaria numa cadeira de rodas ou acamada, sem articular sequer palavra por conta de uma doença degenerativa óssea que me acometeria gradualmente até a morte e me manteria cognitivamente preservada.

Foram três os anos de convívio com esse diagnóstico que não era meu, mas esse erro me concedeu o senso de urgência necessário para me debruçar apenas sobre o que me pareceu imprescindível: organizar esses escritos da gaveta sem mais prorrogações, pedir exoneração do cargo público, fazer outra filha no ano seguinte e me dedicar a dar voz ao que tinha sido tanto tempo silenciado.

Foi então que, nesse período, tive um sonho. Via-me caminhando em uma cena de vento entre árvores, numa imagem construída perto dos cinco anos, quando a mãe contava a estória da bisavó que cometeu suicídio quando meu avô tinha oito anos. Ouvia ao fundo minha voz declamar um de meus poemas. Acordo em choque por nunca haver percebido em meu poema qualquer referência a essa estória. Busco meus escritos e percebo vestígios de outras histórias. Armei um varal no meio da sala e passei a noite identificando as cenas contidas em cada poema. Da bisavó, da tia avó e a mais recente do tio. Pude organizar, lado a lado, as peças desse quebra-cabeça que construí sem me dar conta. Assim nascia o livro que norteia o projeto itinerante de intervenção urbana sobre o tema do suicídio: *O vento que varre a casa*.

O silêncio, a memória e a vulnerabilidade do espaço doméstico na construção social das mulheres são pontos nodais de minha construção. Conviver com o silêncio de minha mãe, de minhas tias, e de minha avó por uma década, sem querer abrir mão do lugar de filha, sobrinha e neta, foram meus cadernos de estudos, num espaço em que não cabia a fala sobre o suicídio, em que a lágrima se impunha como aparente

limite e pedido de reclusão, mas que a plasticidade do amor pôde permear e conviver na atenção e no cuidado das cicatrizes que falam.

O fato de ter cursado Psicologia em 2000 e de manter-me em formação permanente de Psicanálise desde 2004, não me impediram de desenvolver atividades artísticas, ainda que de forma marginal, e delas me servi como quem viaja ao estrangeiro e usa o idioma local. Incontáveis vezes ouvi “mas pra que cantar, atuar, escrever, esculpir, modelar, pintar, se isso não tem nada a ver com a sua “profissão?”. Ou “você está perdendo tempo, isso não faz sentido”, “você está perdida?”. E eu variava entre o “porque sim”, o “porque quero” ou “porque gosto”, ainda que não fizesse sentido. E, nisso, minha análise pessoal desempenhou papel fundamental, por ter me permitido sustentar, frente ao Outro, o meu desejo e a falta de sentido que ele comporta. Não preciso saber por que algo me faz bem, basta-me que faça para me dedicar a isso.

Lancei o livro de poemas *O vento que varre a casa* em formato bilingue (português/espanhol) em 2008. Aquilo que levo através da poesia está fundamentado em recursos que tanto a arte como o desejo do analista podem sustentar, que é entregar à questão do sujeito, um espaço vazio para a resposta ainda não inventada. São portas, caminhos, ampliação da dúvida e das possibilidades de olhar sujeitos e seu *nonsense*, para além de um controle ou bom prognóstico, mas baseado na escuta sensível de como seria um mundo possível de se viver e na invenção desse lugar. No dia a dia do meu consultório, a tarefa que espanta pela simplicidade e surpreende pela eficácia é a de uma escuta cuidadosa calcada em um não saber, que garanta a quem é escutado, um lugar de pertença no mundo. Que sobre o sujeito, apenas o sujeito possa dizer. Nenhum profissional carrega esse saber. E é profissional exatamente por assegurar esse lugar de

vazio, que confere ao sujeito que fala, o seu lugar de voz e resgate da singularidade, com todas as idiosincrasias que isso possa comportar. Apostar nas faltas do sujeito para que ele possa voltar aos caminhos desejosos para si e apropriar-se de tudo que abriu mão para pertencer a um lugar que não era o seu.

Hoje acredito que o suicídio seja a ausência de manutenção dessa voz singular existente em cada sujeito. E cabe lembrar que ela não coincide com o eu. Mas que não cessa de se inscrever no sujeito e que aparece como *nonsense* de si. O sujeito não é a voz que plaina na consciência. Mas a que grita na angústia do corpo quando esta não pode ser escutada por outras vias.

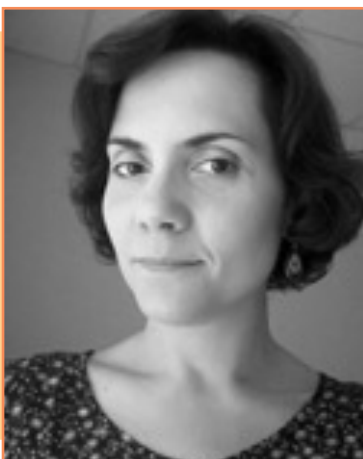
“Este trabalho é dedicado a todos que já sobreviveram ao suicídio de alguém e aos que se mantiveram na dúvida.

Quando o vento varre a casa, ele leva o que vê na frente.

E é bem diferente de limpeza o que ele deixa ali. É devastação.

É tudo que não queríamos que tivesse se movido de nós.

Há livros que constroem enquanto pensamos que construímos. Por longos anos tirava de manhã a pá para me dirigir a uma estranha construção para a qual eu estive vendada. Certa noite me foi tirada a venda. Algumas vezes ao procurar o castelo que eu imaginava erguer, encontrava apenas um fosso que costumava cavar. E só depois de largo tempo foi que senti que a água estava por emergir. Puxei o balde e pude vislumbrar com inteireza as flores desse jardim tão familiar. Eu enterrava os meus mortos.”



**Fragmento do livro *O vento que varre a casa*, de Marcia Matos, Editora Patuá/SP.
Mais informações em:
www.oventoquevarreacasa.com**

A primeira vez que Marcia Matos experimentou a voltagem do poema foi aos cinco anos, ao ouvir da voz de sua mãe, *Ou isto ou Aquilo*, de Cecília Meireles. O êxtase apreendido ali ficaria guardado como amuleto do qual nunca se afastaria, nem mesmo quando, meses depois, o vento viria varrer-lhe a casa. Como psicóloga clínica atende em consultório particular.

MAIS FORÇA, MAIS FOCO

Inauguração da subsede Alto Tietê atende reivindicação de três décadas da categoria e beneficia psicólogas e psicólogos de 11 municípios desta região.

Esta espera está prestes a terminar. A inauguração da nova subsede Alto Tietê, em Mogi das Cruzes, está prevista para o primeiro semestre de 2019. Em razão da alta concentração de psicólogas/os na região – hoje são quase 5 mil profissionais ativos, a inauguração dessa nova subsede possibilitará maior auxílio aos profissionais da região, dando suporte para a sua atuação e, desta forma, aproximando o CRP/SP dos 11 municípios que a compõe: Arujá, Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Guarulhos, Itaquaquetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis, Santa Isabel e Suzano.

A instalação da subsede foi aprovada no pré-congresso do 9º Congresso Regional de Psicologia, em 2016, e desde então, iniciou-se um processo de pesquisa para escolha da melhor cidade para receber a subsede, a partir de alguns critérios, como a mobilidade urbana e acessibilidade.

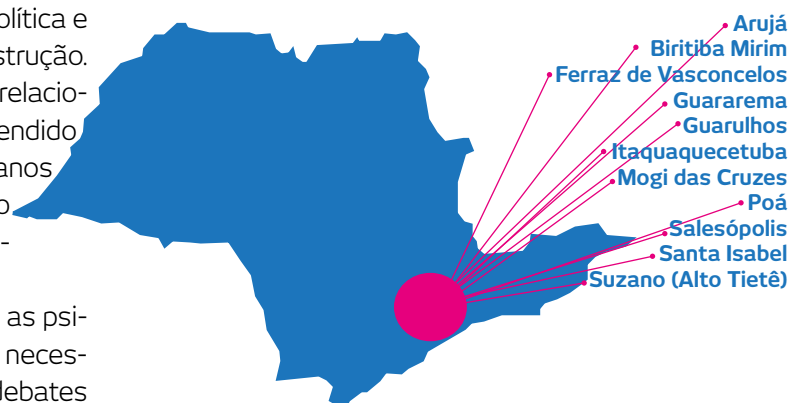
No passado a subsede, já havia sido implantada em outra cidade da região, mas pela falta de mobilidade urbana na época, teve seus trabalhos encerrados surgindo a cidade de Mogi das Cruzes como uma referência por conta do acesso, o que facilitou a decisão política e de algumas falas da categoria durante esta construção. Um dos diferenciais para a escolha do município relaciona-se à infraestrutura de transporte, já que é atendido pela Linha 11 da Companhia de Trens Metropolitanos de São Paulo e próximo da Estação Estudantes, o que facilitará o acesso e beneficiará 50% da demanda de profissionais do Alto Tietê.

“A Subsede Alto Tietê é uma conquista para as psicólogas e os psicólogos, para melhor atender às necessidades territoriais, ampliar a participação nos debates

locais e contribuir na formulação de políticas públicas. Com ela, o CRP-SP fica mais próximo da categoria na região”, fala uníssona da Comissão Gestora Metropolitana, envolvidas diretamente no projeto de estruturação da nova unidade, situada na Avenida Narciso Yague Guimarães, 1.145, Vila Armênia.

O condomínio em que a Subsede Alto Tietê passará a funcionar oferece salas de reunião e auditório locais, além do espaço fixo onde ficará instalada. A Comissão Gestora Metropolitana relata que antes mesmo da inauguração oficial, atividades já estão sendo desenvolvidas no território ao longo destes três anos e que já estão utilizando espaços na cidade para desenvolver ações, que inclui agendas como o pré-congresso do 10º COREP, encontros com movimentos sociais, trabalho de apoio aos Direitos Humanos e à população LGBTs, eventos contra a medicalização da educação e relacionados a emergências e desastres, bem como oficinas de documentos escritos para a categoria em diversos municípios do Alto Tietê.

Os municípios atendidos pela nova subsede



COACHING: FORMAÇÃO ADEQUADA É NECESSÁRIA



Quando se mudou para os Estados Unidos com a família, há três anos, Eliana Totti, 49, psicóloga formada em 1993 na antiga Universidade São Marcos, em São Paulo, decidiu que ainda não era tempo de se aposentar. Impedida por questões legais de exercer seu ofício no país norte-americano, passou a buscar possibilidades que, de alguma forma, lhe permitissem não se afastar por completo da profissão que – nas suas palavras – a escolheu ainda adolescente, antes mesmo do fim do Ensino Médio. Também não pretendia afastar-se da área pela qual optou na Psicologia, a de Recursos Humanos. Foi assim que decidiu atuar como *coach*.

O estímulo para regressar ao tema – e aos estudos sobre ele – partiu de uma conclusão fácil de (com) provar: apesar de manterem a mesma nomenclatura profissional, existe algumas diferenças na prática de coaching nos Estados Unidos comparado ao Brasil. Primeiramente, nos Estados Unidos o coaching tem sido desenvolvido e praticado desde os anos 90, e muito tem sido investido em pesquisas na busca por uma prática baseada em evidências científicas. No Brasil, segundo ela, a prática de coaching ainda é relativamente nova e muito pouco se fala sobre pesquisas e fundamentação teórica nesta área. Nos Estados Unidos, assim como no Brasil, existem muitas modalidades de cursos, a diferença está no fato de que se pode encontrar cursos de graduação oferecidos em universidades com aulas ministradas por Mestres e PhDs em diversas áreas do conhecimento, incluindo Psicologia. No caso de Eliana, a graduação de Mestrado em Coaching demandou dois anos. Outra diferença que podemos citar refere-se a carreira de coaching. Nos Estados Unidos é muito mais comum os coaches se associarem a entidades de classe na busca de manterem-se atualizados bem como se certificarem na profissão. Nos EUA, há pelo menos 20 associações que credenciam os coaches, sendo a mais famosa delas a ICF (International Coaching Federation), onde a entrevistada é associada e certificada. Segundo Eliana, a certificação é um processo que poucos coaches, sobretudo no Brasil optam por fazer. Isso porque as etapas de certificação exigem, entre outras coisas, uma formação feita em escolas

credenciadas pela ICF, uma extensa carga horária de atendimentos, supervisão e uma prova de conhecimentos. Eliana também destaca uma grande diferença entre o curso que fez no Brasil e a formação nos Estados Unidos. “Foi um choque de realidade. No curso de fim de semana que frequentei, e acredito que seja assim na maior parte deles, recebemos uma espécie de kit de ferramentas a ser utilizado nos mais diferentes casos e situações, o que seria uma solução mágica. Aqui nos Estados Unidos toda minha formação utiliza fundamentação científica para embasar a prática de coaching”, narra.

Houve um momento de sua trajetória profissional em que Eliana sentiu-se incomodada em dizer-se *coach*. “Aconteceu uma vulgarização do termo, que passou a ser utilizado por pessoas que, sem formação alguma, prometem milagres”, pondera. Acontece que o discurso, bem alinhado às condições pós-modernas, em que se espera resultados cada vez mais rápidos para qualquer tipo de ação/tratamento, de fato, atrai. Isso se traduz, por exemplo, na constatação de que clientes estão dispostos a desembolsar pequenas fortunas por encontro. “Isso não quer dizer que o *coaching* seja o único recurso a proporcionar resultados de forma mais acelerada, mesmo porque, para que isso aconteça, ele precisa ser bem-feito, por profissionais realmente certificados”, defende Eliana. Ela considera ainda que, de alguma forma, a Psicologia não deu a devida atenção a importantes transformações que aconteceram globalmente e acabou abrindo espaço para os *coaches*. “Focamos muito nas ideias e pouco no resultado, e as pessoas querem resultados rápidos”, diz.

Há, segundo ela, outro ponto que chama a atenção para a prática de alguns especialistas em *coaching*: a de prestarem seu serviços com o intuito de “modelar” pessoas. “Entendo que isso se aplique mais ao segmento corporativo. Empresas podem eventualmente contratar um *coach* para adequar um colaborador àquilo que ela quer. Mas, na metodologia que eu aprendi, essa não é a nossa função: o cliente é o foco do atendimento e a empresa se-

guramente irá beneficiar-se do resultado desta interação”, esclarece. O *coachee*, o cliente, tem uma demanda que quer resolver. E o papel do *coach* é ajudá-lo, utilizando-se de recursos específicos que façam com que ele encontre os caminhos para solucionar a questão. “Todos nós temos aptidões, basta buscarmos as respostas dentro de nós. E a ideia é, no *coaching*, ajudar o *coachee* a chegar ao insight, o momento máximo. Para isso, a sessão tem uma estrutura específica, exploramos com o cliente os objetivos, entendemos como ele quer lidar, facilitamos o processo de modo que ao final ele saia da interação com um plano de ação.”

Eliana define o *coaching* como um primo distante da Psicologia. Há diferenças significativas entre os propósitos e métodos das duas práticas. “Uma das maiores talvez seja o fato de o *coach* trabalhar de maneira – e isso exige habilidade suficiente – a focar nos tempos presente e futuro da vida de seu *coachee*, enquanto que a psicologia atua também sobre o contexto do passado.”

Mas existem ligações/aproximações, que garantem esse “grau de parentesco”. Uma de-

las consiste na capacidade que esses dois tipos de atuação têm de auxiliar as pessoas na descoberta do que querem e podem fazer. Não é o *coach* ou a psicóloga/o quem diz o que fazer, é o *coachee* ou o cliente, respectivamente. Além disso, a Psicologia Positiva, *mindfulness*, Psicologia Cognitiva Comportamental, entre outros, inserem-se bem tanto no contexto da Psicologia como no *coaching*. “Ser uma psicóloga me ajuda muito, sem dúvidas. O mal está na existência de *coaches* que dizem fazer uso desses recursos da Psicologia sem conhecer absolutamente nada sobre eles e sem nenhuma habilitação formal”, reforça.

Ética

Eliana ressalta outro aspecto relevante para o exercício da atividade de *coaching*: a ética. “O assunto passou praticamente em branco na minha formação inicial. Lembro-me de falarem brevemente sobre a necessidade de os *coaches* saberem identificar casos que exigem uma/um psicóloga/o.

**“Todos nós
temos vocações, sempre
sabemos as respostas.
E a ideia é, no coaching,
ajudar o coachee a chegar ao
insight, o momento
máximo.”**

Mas, honestamente, não sei se esse tipo de encaminhamento acontece na prática”, lamenta.

Eliana cita que para ser um *coach* certificado é mandatório seguir o Código de Ética do ICF e que o processo de certificação segue padrões rigorosos de acreditação. “Eu sou psicóloga e *coach*. Então, trato de seguir as diretrizes éticas das duas profissões”, diz.

Ela acredita que, apesar de no Brasil – mas não

só aqui – ainda existir um *gap* em relação ao *coaching* e às aptidões necessárias para exercê-lo com qualidade, a mudança de realidade é uma questão de tempo. “Há aqui e fora dos EUA instituições sérias investindo muito em pesquisa sobre o tema. A Psicologia também demorou para ser reconhecida. Ainda falta muito para o *coaching* ver a ciência provar que ele e suas ferramentas funcionam, mas já estamos nesse caminho.”



Eliana Totti, CRP 06/44557, M.Sc, ACC, SHRM-CP
Com a contribuição de Hely Zavattaro,
do Núcleo de Psicologia Organizacional do CRP-SP.

O Conselho Federal de Psicologia publicou em 14 de março de 2019 uma Nota Orientativa sobre COACHING na qual elucida que a(o) psicóloga(o), ao utilizar o coaching na sua prática profissional, deverá seguir rigorosamente os Princípios Fundamentais e artigos do Código de Ética Profissional do Psicólogo (Res. CFP nº 010/2005). A(o) psicóloga(o) baseará seu trabalho no conhecimento técnico, científico e ético da profissão, e zelará pela garantia dos serviços prestados, visando à proteção da população atendida.



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

Nota Orientativa sobre COACHING

O Conselho Federal de Psicologia (CFP), no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei 5766, de 20 de dezembro de 1971, e considerando as demandas da categoria em relação a um posicionamento referente à utilização do coaching na prática profissional, vem a público orientar:

A(o) psicóloga(o), ao utilizar o coaching na sua prática profissional deverá seguir rigorosamente os princípios fundamentais e artigos do Código de Ética Profissional do Psicólogo (Res. CFP nº 010/2005).

A(o) psicóloga(o) baseará seu trabalho no conhecimento técnico, científico e ético da profissão e zelará pela garantia dos serviços prestados, visando à proteção da população atendida.

O Conselho Federal de Psicologia destaca ainda que, embora não exista regulamentação legal específica para a utilização do coaching, tal prática é caracterizada por ser um processo breve que se propõe a auxiliar o indivíduo a alcançar objetivos previamente definidos a partir de metodologias que envolvam a conscientização de elementos da vida, da história, interesses e potencialidades, e que transita em campos de atuação que permeiam o autoconhecimento e o desenvolvimento humano. Assim sendo, entende que o trabalho da(o) psicóloga(o) na utilização do coaching é de extrema importância para a realização de um trabalho que vise à proteção e garantia do cuidado com a sociedade.

É necessário ressaltar que, ao exercer o coaching, enquanto psicóloga(o), a(o) profissional está sujeita(o) à totalidade do Código de Ética (Res. CFP n. 010/2005), devendo respeitar seus princípios fundamentais, conhecer e cumprir com suas responsabilidades, garantindo que seu trabalho seja baseado no respeito, na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas. Sempre com o compromisso de que sua atuação não caracterize negligência, preconceito, exploração, violência, crueldade ou opressão, não induzindo a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, raciais, de orientação sexual e identidade de gênero.

Além disso, é importante destacar que a(o) psicóloga(o) assumirá a responsabilidade profissional desde que capacitada(o) pessoal, teórica e tecnicamente, não realizando previsão taxativa de resultados, assegurando o sigilo profissional, exceto, em caso de previsão em legislações vigentes, realizando registro documental conforme orientação da Resolução CFP n. 001/2009,



fornecendo a quem de direito resultados decorrentes da prestação de serviços e, fornecendo sempre que solicitado, os documentos pertinentes ao bom termo do trabalho, estabelecendo acordos de prestação de serviços que respeitem o direito da(o) usuária(o), estando atenta(o) para situações nas quais seus vínculos pessoais e profissionais atuais ou anteriores possam afetar a qualidade do trabalho a ser realizado e encaminhando demandas que sejam conflitantes com a proposta profissional estabelecida.

Ademais, qualquer profissional que não esteja inscrito no CRP, e que se utilizar de métodos e técnicas privativas da(o) psicóloga(o) durante sessões de coaching, ou que desenvolva, de alguma forma, atribuições restritas à Psicologia, estará incorrendo em exercício ilegal da profissão, de acordo com o art. 30 da Lei nº 5.766/71, e art. 47 da Lei das Contravenções Penais, sob pena de prisão simples ou multa (Decreto-lei Nº 3.688, de 3 de outubro de 1941).

Apesar do destaque de alguns pontos da legislação profissional nessa nota por ter maior relação com a prática do coaching, ressaltamos que o Código de Ética, demais Resoluções do Sistema Conselho de Psicologia e demais legislações pertinentes deverão ser consideradas no exercício profissional.

Nota de Rodapé:

O terceiro e quarto parágrafos desta Nota Orientativa abarcam os princípios fundamentais I e II, além dos Artigos 1º, “b”, “e”, “f” e “g” e “h”, Art. 2º, “g”, “h” e “k”, Art. 9º, Art. 10 e Art. 20, “e” do CEPP.



Embates em torno do Estado Laico

Lançado em meados do ano passado, durante a 70ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), o livro organizado por Claudia Masini d'Avila-Levy, secretária da entidade, e Luiz Antônio Cunha, professor emérito da UFRJ e coordenador do GT "Estado Laico", reúne textos de cientistas que apresentam o conceito de Estado Laico e debatem o impacto da não-laicidade sobre a ciência, a política, o ensino, a saúde, as pesquisas biomédicas, a sexualidade e os direitos das mulheres. A publicação traz ainda anexos como a Declaração Universal sobre o tema no século XXI e textos indicados sobre a laicidade do Estado no Brasil, disponíveis na internet. O livro está acessível para *download* gratuito na página de publicações do portal da SBPC: <http://portal.sbpnet.org.br/publicacoes/tipo/outras-publicacoes/>

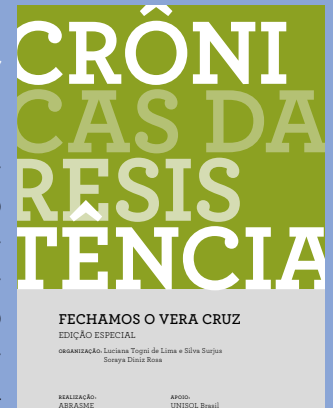


Livro Mais Epilepsia na Psicologia

Lançado em setembro de 2018, durante a realização de um *workshop* sobre *Qualidade de Vida: Redução do sofrimento psíquico em doenças crônicas*, na FCM - Unicamp, o livro *Mais Epilepsia na Psicologia* propõe leituras com pressupostos teóricos, práticas em psicoterapia no atendimento ao paciente com a síndrome e pesquisas na área da Psicologia que fazem referência a ela. A obra (disponível para *download* no endereço: https://issuu.com/adciencia/docs/livro-maisepilepsia_final) reúne 15 artigos redigidos por convidados-autores, todos eles psicólogas/psicólogos (e especialistas multiprofissionais) pretende contribuir para que doenças neurológicas crônicas como a epilepsia sejam estudadas dentro da formação acadêmica dos cursos de Psicologia e em suas respectivas pós-graduações.

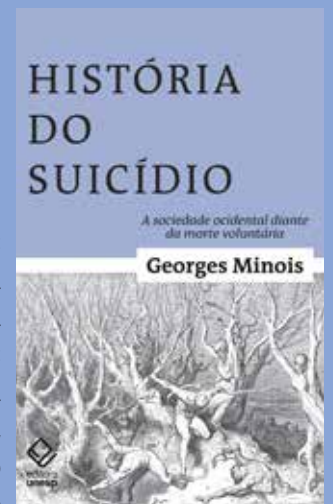
Crônicas da Resistência – fechamos o Vera Cruz

Em março de 2018, a imprensa nacional noticiou o fechamento do Hospital Psiquiátrico Vera Cruz, em Sorocaba (SP), onde os quatro últimos pacientes internados foram transferidos para residências terapêuticas. A vitória da desinstitucionalização daquele que chegou a ser o maior manicômio do Brasil é o tema de *Crônicas da Resistência – fechamos o Vera Cruz*, organizado por Luciana Togni de Lima e Silva Surjus Soraya Diniz Rosa, disponível gratuitamente via internet (http://www.unifesp.br/campus/san7/images/ppgbb/ebook_crônicas_das_resistencias.pdf). Autores variados contam, por meio de crônicas e uma coletânea de notícias, uma parte da história contemporânea que levou ao fechamento das portas do maior hospício recente do Brasil, cuja história é marcada por uma série de violações de direitos humanos.



História do suicídio: a sociedade ocidental diante da morte voluntária

Em 11 capítulos, o historiador francês Georges Minois propõe o debate sobre a complexidade da temática do suicídio ao longo dos séculos, passando pela Antiguidade, Idade Média, Renascimento, Revolução Francesa e século XX. Ele busca raízes filosóficas para compreender as mortes voluntárias, definidas pelo autor como "um tipo de óbito cujo significado não é de ordem demográfica, mas filosófica, religiosa, moral, cultural". Minois trata, portanto, de um tema que nunca deixou de sofrer reprovação social e religiosa e, ainda hoje, é tabu, o que denota o emaranhado de elementos antropológicos, psicológicos e éticos que se associam a ele.



MURAL

XIV Conpe

O XIV Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional (Conpe), organizado pela Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (Abrapee), e pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMG) já tem data e local confirmados: 28 a 31 de agosto, em Campo Grande. O tema da edição será Educação, Inclusão e Direitos Humanos: Interloquções com a Psicologia Escolar e Educacional. O evento se propõe a ser um espaço para discussões, reflexões e proposições coletivas que subsidiem os profissionais para encarar os desafios do cotidiano, especialmente nas áreas de Psicologia e Educação Inclusiva. A programação completa será divulgada em breve, assim como as diretrizes para participação nas mesas, simpósios (nacionais e internacionais), apresentações de pôsteres, fórum de debates, lançamentos de livros e exposições, entre outras atividades. Mais informações sobre o Conpe, que acontece de dois em dois anos e reúne mais de 2 mil participantes – entre pesquisadores, professores, profissionais e estudantes de Psicologia e área afins, brasileiros e estrangeiros – estarão disponíveis no site <https://abrapee.wordpress.com/>



4º Fórum Brasileiro de Direitos Humanos e Saúde Mental

Na capital baiana, Salvador, acontecerá, de 20 a 22 de junho, o 4º Fórum Brasileiro de Direitos Humanos e Saúde Mental, organizado pela Associação Brasileira de Saúde Mental (Abasme). No campus Ondina da Universidade Federal da Bahia (UFBA), trabalhadores, pesquisadores, familiares e usuários de serviços de saúde mental, estudantes e autoridades debaterão relações de racismo, violência de gênero e conflitos de classe, que estão na gênese do sofrimento social e psíquico de pessoas e coletivos.

O propósito é discutir também ações concretas para a garantia de direitos humanos e cidadania, destacando as estratégias de inclusão pelo trabalho e pela economia solidária, e os processos de valorização das pessoas com experiências de sofrimento mental que lhes assegurem novos lugares de reconhecimento social. A expectativa é proporcionar o contato com trabalhos científicos e relatos que apresentem experiências, no Brasil e no mundo, de grupos e populações em situações de vulnerabilidade e acometidos por esses problemas, e produzir um diagnóstico crítico sobre esses cenários. Detalhes sobre inscrições e datas-chave para o evento podem ser consultados no <https://www.direitoshumanos2019.abrasme.org.br>



Congresso Internacional de Educação Especial e Inclusão Escolar

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) sediará, entre 25 a 27 de junho, o Congresso Internacional de Educação Especial e Inclusão Escolar, cujo tema será *Re-imaginando a escola inclusiva: políticas, práticas e inovações*. A programação do evento prevê conferências de convidados nacionais e internacionais, minicursos, sessões de apresentação de trabalhos e relatos de experiências, lançamento de livros e atividades culturais. O propósito é abrir espaço para a discussão sobre Educação Inclusiva nos contextos nacional e internacional. Mais detalhes podem ser conferidos no <http://cintedes2019.galoa.com.br/>



II Seminário Internacional da

ULAPSI

Desafios do contexto latino-americano: ética,
conhecimento e práticas em psicologia

DATA:

03 A 05 DE
JULHO DE 2019

LOCAL:

RECIFE-PE
(BRASIL)

MAIS INFORMAÇÕES NO SITE
[HTTP://SEMINARIO.ULAPSI.ORG](http://seminario.ulapsi.org)



ORGANIZAÇÃO:

